

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 14.182 - DF (2019/0216226-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : INACIO DA SILVA MAFRA
ADVOGADOS : DANIEL FERNANDES MACHADO - DF016252
GUSTAVO HENRIQUE LINHARES DIAS - DF018257
MARCELO PIRES TORREÃO E OUTRO(S) - DF019848
SERGIO DE BRITO YANAGUI - DF035105
ISABEL IZAGUIRRE ZAMBOTTI DORIA - DF049682
ANDERSON ROCHA LUNA DA COSTA - DF048548
EXECUTADO : UNIÃO

DECISÃO

Com o trânsito em julgado do Mandado de Segurança, a parte exequente apresentou os valores que entende devidos (fls. 2-58).

Intimada a se manifestar acerca dos valores executados, a União apontou excesso de execução concernente à inclusão de juros e correção monetária e pugnou que a execução deve se limitar ao valor nominal da portaria. Em complemento, se insurgiu quanto aos seguintes pontos: (a) aplicação da SELIC no período de 01/2008 até 07/2009 e a variação do IPCA em diante, quando deveria ser pela TR até dez/13 e IPCA-e a partir de jan/14, e (b) utilização da taxa de juros SELIC de 01/2008 (61º dia após a publicação da portaria) a jun/2009 e da taxa de 0,5% a.m. a partir 07/2009, quando deveria ser apenas a partir da notificação inicial (março/2009) e à taxa de 0,5% até jun/2009 e pela taxa poupança de jul/2009 em diante (fls. 66/78).

Em resposta, o exequente requereu a expedição da requisição referente à parte incontroversa e o destaque dos honorários advocatícios (fls. 80-90). Acrescentou que houve determinação expressa de inclusão de correção monetária e de juros de mora no acórdão exequendo e ratificou os índices por ele aplicados.

É o relatório.

DECIDO.

Ao que se observa dos autos, o título exequendo, em sede de recurso ordinário no STF, expressamente assegurou ao então impetrante "o pagamento dos benefícios retroativos, acrescidos de juros e correção monetária".

A UNIÃO manejou agravo regimental com o intuito de ser excluída a inclusão de juros e correção. Foi negado provimento ao recurso e restou decidido que:

"Em 1º.8.2018, o Plenário deste Supremo Tribunal acolheu os embargos de declaração opostos no Recurso Extraordinário n. 553.710-ED/DF, *"apenas e tão somente para a finalidade de esclarecer que os valores retroativos previstos nas portarias de anistia deverão ser acrescidos de juros moratórios e de correção monetária.*

Na oportunidade, o Ministro Dias Toffoli, Relator, salientou que *"a correção monetária e os juros moratórios consistem em consectários legais da condenação, consequências automáticas da decisão condenatória e, portanto, são devidos independentemente de expresse pronunciamento judicial - sua obrigatoriedade decorre automaticamente de dispositivo*

Superior Tribunal de Justiça

de lei".

Assim, tem-se que a questão relativa à inclusão ou não dos juros e da correção monetária no cálculo do valor devido está acobertada pela coisa julgada, uma vez que foi expressamente consignada no título exequendo.

Por outro lado, há discussão entre as partes acerca dos índices a serem aplicados.

Diante do exposto, **determino a expedição de precatório do valor incontroverso** de R\$ 622.324,79 (seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), com destaque de honorários advocatícios.

Após, voltem-se conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Presidente da Seção

